



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 02.015.603/0001-92



PARECER N° 037/2025 – CRJ.

ASSUNTO: Análise do Projeto de Lei n° 035/2025, que "*Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Manfrinópolis, para o período de 2026 a 2029*"

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

I. RELATÓRIO

Trata-se de análise do Projeto de Lei que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2026-2029, encaminhado pelo Poder Executivo Municipal em 30 de setembro de 2025, pelo Prefeito Municipal Amarildo Alves Carneiro.

DADOS DO PROJETO:

- Entidade: Prefeitura Municipal de Manfrinópolis/PR
- CNPJ: 01.614.343/0001-09
- Período de Planejamento: 2026 a 2029
- Orçamento Total Estimado: R\$ 248.680.872,12
- Data de Protocolo: 30/09/2025

SÍNTESE DO CONTEÚDO:

O projeto estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Municipal para o quadriênio 2026-2029, organizados em 13 programas governamentais, com previsão de investimentos em infraestrutura, saúde, educação, políticas sociais, agricultura, cultura, esporte, meio ambiente e gestão administrativa.

PRINCIPAIS PROGRAMAS:

1. Infraestrutura: R\$ 52.466.098,06
2. Saúde Mais Vida: R\$ 51.067.439,12
3. Educação para Todos: R\$ 43.683.538,23



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 02.015.603/0001-92



4. Gestão Administrativa e Financeira: R\$ 30.640.878,84
5. Políticas Sociais: R\$ 18.261.695,24
6. Nossa Cidade: R\$ 17.328.854,79
7. Agricultura Forte: R\$ 10.837.476,40
8. Cultura e Esporte: R\$ 7.628.031,04
9. Meio Ambiente: R\$ 3.841.956,60
10. Turismo: R\$ 1.085.447,66
11. Indústria e Comércio: R\$ 4.389.329,92
12. Encargos Especiais: R\$ 6.599.568,88
13. Reserva de Contingência: R\$ 549.995,44

II. ANÁLISE JURÍDICA E DE CONSTITUCIONALIDADE

2.1. CONSTITUCIONALIDADE

2.1.1. Face à Constituição Federal de 1988

a) **Mandamento Constitucional (Art. 165, I e §1º da CF/88):** O Art. 165, inciso I da Constituição Federal estabelece que “leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual”. O §1º do mesmo artigo determina que “a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”.

O projeto em análise cumpre integralmente o mandamento constitucional, estabelecendo diretrizes, objetivos e metas da Administração Municipal para o período 2026-2029, estruturado em programas de governo com indicação de ações, metas físicas e financeiras.

Segundo José Afonso da Silva, o PPA é “o instrumento de planejamento de médio prazo, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos”. A Constituição Federal exige que o PPA organize as ações governamentais em programas voltados à realização de objetivos claramente definidos.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 2.100/RS, Rel. Min. Néri da Silveira, destacou que o PPA é “instrumento constitucional de planejamento governamental que vincula a elaboração das leis orçamentárias



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

—

CNPJ: 02.015.603/0001-92



anuais e das diretrizes orçamentárias”, sendo essencial para a continuidade das políticas públicas.

b) Iniciativa Legislativa Privativa (Art. 165, caput c/c Art. 61, §1º, II, “b” da CF/88): A Constituição Federal estabelece competência privativa do Chefe do Poder Executivo para a iniciativa de leis orçamentárias, incluindo o PPA.

O projeto foi enviado pelo Prefeito Municipal Amarildo Alves Carneiro, em 30/09/2025, observando a iniciativa privativa estabelecida constitucionalmente.

c) Princípios Constitucionais da Administração Pública (Art. 37 da CF/88): O projeto demonstra observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, ao estabelecer diretrizes como “valorização do ser humano”, “participação da sociedade na gestão pública”, “transparência e controle social” e “desenvolvimento econômico sustentável”.

d) Vinculações Constitucionais: O projeto prevê dotações para áreas com vinculação constitucional:

- **EDUCAÇÃO (Art. 212 da CF/88):** R\$ 43.683.538,23 (aplicação mínima de 25% da receita de impostos). O **Art. 212-A da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 108/2020, trata do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)**, instituído de forma permanente. A referida Emenda Constitucional estabeleceu novas regras de distribuição de recursos através do **Art. 212-B da CF/88**, além de prever disposições transitórias no **Art. 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)**.
- **SAÚDE (Art. 198, §2º da CF/88):** R\$ 51.067.439,12 (aplicação mínima de 15% da receita de impostos)

A verificação detalhada do cumprimento dos percentuais mínimos constitucionais compete à Comissão de Finanças e Orçamentos, mediante análise da base de cálculo correta (receita resultante de impostos).

2.1.2. Face à Constituição do Estado do Paraná

O Art. 133 da Constituição Estadual do Paraná reproduz a sistemática federal do processo legislativo orçamentário, estabelecendo que “leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais”.



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 02.015.603/0001-92



O projeto observa o modelo constitucional estadual, compatibilizando-se com as disposições dos Arts. 133 a 138 da Constituição Estadual do Paraná, que regulamentam o processo orçamentário.

2.1.3. Face à Lei Orgânica Municipal de Manfrinópolis

Após análise minuciosa do projeto de PPA 2026-2029 em face da Lei Orgânica nº 1/1997 (com alterações de 2017), verifica-se **COMPATIBILIDADE PLENA** com os dispositivos aplicáveis ao processo legislativo orçamentário municipal.

a) **Competência Municipal para Elaboração do PPA (Art. 5º, X da Lei Orgânica):** O Art. 5º, inciso X da Lei Orgânica estabelece como competência privativa do Município “elaborar seu plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os seus orçamentos anuais”.

O projeto foi elaborado pelo Poder Executivo em cumprimento à competência constitucional e organicamente estabelecida, observando os princípios do planejamento governamental de médio prazo.

b) **Estrutura Programática Conforme Lei Orgânica:** A Lei Orgânica Municipal não estabelece requisitos específicos sobre a estrutura programática do PPA, remetendo à legislação federal aplicável (Lei 4.320/64 e Lei de Responsabilidade Fiscal). O projeto adota estrutura programática compatível com as melhores práticas de planejamento público, organizando-se em programas, objetivos, ações, metas físicas e financeiras.

c) **Prazo de Encaminhamento:** A legislação municipal não estabelece prazo específico para envio do projeto de PPA à Câmara Municipal. O envio em 30/09/2025 observa prazo razoável para deliberação legislativa antes do início do período de planejamento (2026).

2.1.4. Face ao Regimento Interno da Câmara Municipal

Após análise da Resolução nº 4/2018 (com alterações da Resolução nº 1/2021), verifica-se **COMPATIBILIDADE** com as normas de tramitação legislativa.

a) **Tramitação Regimental:** Embora o Regimento Interno não estabeleça dispositivos específicos sobre a tramitação do PPA, a boa prática legislativa recomenda a tramitação pelas Comissões Permanentes (especialmente Comissões de Redação e Justiça e de Finanças e Orçamentos) antes da deliberação em Plenário, considerando a complexidade da matéria.



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

—

CNPJ: 02.015.603/0001-92



b) Prazo para Deliberação: O projeto deve ser deliberado antes do início de sua vigência (exercício de 2026), garantindo segurança jurídica ao planejamento municipal e à execução das políticas públicas previstas.

2.2. LEGALIDADE

2.2.1. Compatibilidade com a Lei Federal 4.320/1964

A Lei 4.320/64 estabelece normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos públicos.

O projeto apresenta estrutura compatível com a Lei 4.320/64:

- Art. 2º: Organiza-se por programas de trabalho
- Art. 22 a 24: Prevê despesas de capital e despesas correntes
- Anexos detalhados: Quadro Demonstrativo dos Programas de Governo (Anexo I) e Programas - Plano de Investimentos/Metas (Anexo II)

2.2.2. Compatibilidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000)

A LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

a) Art. 1º, §1º da LRF - Ação Planejada e Transparente: O projeto demonstra ação planejada ao estabelecer diretrizes claras, objetivos mensuráveis e metas físicas/financeiras para o quadriênio 2026-2029.

b) Transparência (Arts. 48 e 49 da LRF): A mensagem do Prefeito destaca a importância da “transparência e controle social”, em consonância com os princípios da LRF.

c) Equilíbrio entre Receitas e Despesas (Art. 4º, I, “a” da LRF): O PPA deve ser elaborado de forma compatível com as limitações fiscais, evitando déficits estruturais. A Comissão de Finanças e Orçamentos deverá analisar a sustentabilidade fiscal das projeções plurianuais.

No REsp 1.705.736/PR, o Superior Tribunal de Justiça reafirmou que “o PPA deve observar os princípios da responsabilidade fiscal, incluindo equilíbrio das contas públicas e transparência na gestão orçamentária”.

2.2.3. Alinhamento com Diretrizes do Manual Técnico Federal

O Manual Técnico do PPA 2024-2027 do Governo Federal estabelece boas práticas de planejamento público, embora não vinculante para



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 02.015.603/0001-92



municípios. O projeto de PPA de Manfrinópolis apresenta alinhamento com diversas recomendações:

a) **Modelo Lógico de Planejamento:** Insumos → Ações → Produtos → Resultados → Impactos

O projeto estrutura-se em programas com objetivos claramente definidos, ações específicas (atividades e projetos), unidades de medida e metas físico-financeiras, demonstrando lógica causal adequada.

b) **Planejamento Orientado a Resultados:** O manual federal enfatiza o planejamento focado em resultados e impactos, não apenas em execução físico-financeira. O projeto de Manfrinópolis demonstra esse enfoque ao estabelecer objetivos como “Saúde Mais Vida”, “Educação para Todos”, “Agricultura Forte”, indicando preocupação com os fins (resultados para a população) e não apenas com os meios (recursos).

c) **Participação Social:** O projeto destaca como diretriz a “participação da sociedade na administração e gestão pública”, alinhando-se às recomendações federais de construção participativa do PPA.

d) **Sustentabilidade e Integração:** O projeto prevê “desenvolvimento econômico sustentável do ponto de vista socioambiental”, compatível com as orientações federais de integração entre desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Embora o projeto demonstre alinhamento com princípios modernos de planejamento público, a estrutura poderia ser aprimorada com a inclusão de indicadores de desempenho (economicidade, eficiência, eficácia, efetividade) conforme metodologia SMART (Específico, Mensurável, Apropriado, Realista, Temporal), recomendação do manual federal que representa boa prática, mas não constitui obrigação legal.

2.3. TÉCNICA LEGISLATIVA

2.3.1. Estrutura Formal (LC 95/1998)

A Lei Complementar 95/98 estabelece normas sobre elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

VERIFICAÇÃO:

- Art. 3º: Estrutura adequada com ementa, preâmbulo, texto articulado e anexos
- Art. 7º: Artigos numerados sequencialmente



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 02.015.603/0001-92



- Art. 10: Redação clara e concisa
- Art. 11: Linguagem técnica, mas acessível

2.3.2. Análise Específica dos Artigos

Art. 1º - ADEQUADO: Institui o PPA para o período 2026-2029, conforme mandamento constitucional.

Art. 2º - ADEQUADO: Estabelece as diretrizes fundamentais do planejamento municipal (valorização humana, participação social, transparência, desenvolvimento sustentável), em consonância com os princípios constitucionais.

Art. 3º - ADEQUADO: Define que os programas de governo constam dos Anexos I e II, com descrição das ações governamentais, metas físicas e financeiras.

Art. 4º - ADEQUADO: Permite flexibilidade na execução do PPA mediante autorização legislativa para ajustes de valores e metas (§3º), em consonância com a dinâmica da gestão pública e imprevisibilidade de eventos futuros.

Art. 5º - ADEQUADO: Estabelece que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná fará avaliação física e financeira da execução do PPA, assegurando controle externo.

Art. 6º - ADEQUADO: Determina a vigência da lei a partir de sua publicação, com efeitos para o período 2026-2029.

2.3.3. Análise dos Anexos

ANEXO I - Quadro Demonstrativo dos Programas de Governo: Apresenta síntese dos 13 programas governamentais com respectivos valores globais, totalizando R\$ 248.680.872,12.

ESTRUTURA: Adequada, permitindo visão consolidada dos programas municipais.

ANEXO II - Programas - Plano de Investimentos/Metas - Físico/Financeiro: Detalha cada programa com objetivos, ações específicas (atividades e projetos), unidades de medida, metas físicas e valores anuais (2026, 2027, 2028, 2029).

ESTRUTURA: Detalhada e tecnicamente adequada, permitindo acompanhamento da execução programática ao longo do quadriênio.



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 02.015.603/0001-92



2.4. CONCLUSÃO PARCIAL

SÍNTESE DA ANÁLISE:

Aspecto Analisado	Compatibilidade	Observação
Constitucionalidade (CF/88)	<input checked="" type="checkbox"/> COMPATÍVEL	Observa Arts. 165, 37, 198, 212, 212-A, 212-B
Constitucionalidade (CE/PR)	<input checked="" type="checkbox"/> COMPATÍVEL	Observa Arts. 130-135
Lei Orgânica Municipal	<input checked="" type="checkbox"/> COMPATÍVEL	Observa Art. 5º, X
Regimento Interno	<input checked="" type="checkbox"/> COMPATÍVEL	Tramitação adequada
Lei 4.320/1964	<input checked="" type="checkbox"/> COMPATÍVEL	Estrutura programática adequada
Lei de Responsabilidade Fiscal	<input checked="" type="checkbox"/> COMPATÍVEL	Planejamento responsável
Manual Federal (referência)	<input checked="" type="checkbox"/> ALINHADO	Boas práticas observadas
Técnica Legislativa (LC 95/98)	<input checked="" type="checkbox"/> ADEQUADA	Estrutura formal correta

III. CONCLUSÃO

Após análise detalhada do Projeto de Lei que institui o Plano Plurianual 2026-2029 do Município de Manfrinópolis/PR, esta Comissão de Redação e Justiça conclui pela:

☒ CONSTITUCIONALIDADE do projeto face à Constituição Federal, Constituição do Estado do Paraná e Lei Orgânica Municipal.

☒ LEGALIDADE quanto à observância da Lei 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal e competências municipais.



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES MANFRINÓPOLIS



ESTADO DO PARANÁ

—

CNPJ: 02.015.603/0001-92

☒ ADEQUAÇÃO DA TÉCNICA LEGISLATIVA conforme Lei Complementar 95/98.

A Comissão de Redação e Justiça manifesta-se FAVORAVELMENTE À APROVAÇÃO do Projeto de Lei que institui o Plano Plurianual 2026-2029, por estar em conformidade com o ordenamento jurídico constitucional, legal e regimental aplicável.

Encaminhe-se à Comissão de Finanças e Orçamentos para análise da viabilidade fiscal, sustentabilidade das projeções plurianuais e compatibilidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Manfrinópolis, em 01 de dezembro de 2025


ELIZÂNGELA FONSECA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE


JOSÉ JOÃO MACHADO FILHO
RELATOR


FERNANDA DA ROSA
SECRETÁRIA